CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 23 e 24 DE AGOSTO DE 2017

Nos dias 23 e 24 de agosto de 2017, na sala de Reuniões Plenária, localizada no 10º andar, do Ed. Parque Cidade Corporate Quadra 09, Lote C, Torre A, em Brasília-DF, foi realizada a 27ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Darci Frigo **(Plataforma Dhesca Brasil);** Fabiana Galera Severo (**DPU**); Herbert Borges, Flávia Piovesan e Akemi Kamimura (**SDH**); Everaldo Bezerra Patriota (**Conselho OAB**); Gilberto Vieira dos Santos (**CIMI**); Ismael José César (**CUT**); Iara Gomes de Moura (**INTERVOZES**); Carlos Magno (**ABGLT**); Sandra Carvalho (**Justiça Global**); Leonardo Pinho (**UNISOL Brasil**); Paulo Roberto Maldos (**CFP**); Nívia Silva (**CNPG**); Deborah Duprat (**PFDC**); Diana Mann (**Polícia Federal**); Fabiana Muniz (**MRE**). Participaram também Renata Studart (**Secretária Executiva – CNDH**) e Deputada Federal Maria do Rosário - PT/RS. O presidente Darci Frigo inicia fazendo os ajustes de pauta. Ao início da reunião foram feitas falas acerca da estruturação do Ministério dos Direitos Humanos, órgão ao qual o CNDH está administrativamente vinculado. Flávia fez informe sobre despacho com a ministra feito no dia anterior, explica como foi feita a estruturação, bem como alguns cargos de DAS distribuídos entre as repartições. Fabiana faz fala no sentido de colocar a situação e gravidade da extinção de um cargo de DAS do CNDH, atualmente ocupado pela Cristiane Cruz, que é uma das mais antigas funcionárias que estão na secretaria executiva e, portanto, tem significativa importância inclusive no sentido de ser, também, memória das atividades do CNDH. Coloca a importância dela no processo de retomada das atividades da Comissão de alimentação adequada, a qual Fabiana preside. Herbert faz fala na qual explica, de forma mais detalhada, a estrutura do MDH, especificamente sobre o CNDH informa que já tem uma GR e está buscando disponibilizar mais uma ou duas para aumentar o número de servidores, tendo em vista a exclusão do cargo da Cristiane. Estão buscando saídas para o caso dela e para a Secretaria-Executiva, para mantê-la estruturada. Deborah sugere questões que acredita que devem ser colocadas para a ministra, uma vez que se preocupa com o desmonte dos direitos humanos a partir do desmonte administrativo. Demonstra preocupação com a ausência de algumas pautas dentro do MDH, tal qual a de Mulheres. Neste momento a ministra Luislinda chega à reunião e faz fala inicial para ouvir as demandas das/os conselheiras/os. Frigo faz fala sobre a sobrecarga posta à equipe da secretaria, devido ao aumento das atividades do CNDH, por este motivo é preciso buscar que o CNDH alcance a estrutura (financeira e de equipe) necessária para ser reconhecido como INDH. Patriota coloca a importância da equipe para dar vazão às deliberações e ações do CNDH e também a importância de o Brasil ter a sua INDH, sendo ele signatário de tantos tratados internacionais. Ismael coloca a necessidade de autonomia do CNDH, tendo em vista o aumento das violações de direitos humanos, principalmente após o impeachment da presidenta Dilma. Deborah coloca sua preocupação com o fato de a pasta de mulheres não estar no MDH, bem como a pasta LGBT não ter uma secretaria específica. A ministra informa que já fez a proposta de criar uma secretaria para a pasta LGBT e sobre a pasta de mulheres não ficou incluída porque houve um movimento para que ela ficasse de forma exclusiva na secretaria para mulheres. Fabiana faz fala sobre a questão da estrutura, especialmente as pessoas que compõem a secretaria executiva do CNDH que são sobrecarregadas com o trabalho produzido pelo Conselho. Fala sobre a perda do cargo de DAS 2, atualmente ocupado pela Cristiane, que traz uma "memória viva" do CNDH, uma vez que é a servidora mais antiga, desde a época do CDDPH. Demonstra preocupação também com a saída da professora Flávia e a descontinuidade da Secretaria com o compromisso e participação no CNDH. Luislinda coloca que ainda não tinha sido feita nenhuma escolha dos nomes que ocuparão os cargos, a extinção do cargo foi estrutural e não pessoal. Além disso, seria

importante dar oportunidade para trazer outras pessoas que agreguem novas experiências, no entanto, ainda não foram escolhidas pessoas para ocuparem os cargos, o decreto só entrará em vigor no dia 15/09 e até lá está a disposição para conversar sobre. Frigo coloca que nesse diálogo que será feito com as/os novas/os secretárias/os, seria importante ampliar a estrutura do CNDH e manter um orçamento condizente com o fluxo de suas atividades. Quanto ao nome para a secretaria seria importante ser uma pessoa com sensibilidade com a pauta e algum contato com a sociedade civil alinhada aos direitos humanos. A ministra solicita que seja feito um documento que possa embasar a sua argumentação junto ao Executivo. Flávia sugere que seja feito um documento com base na Lei de 2014 que estruturou o Conselho e demais que mostrem a importância da observância da lei. Passaram para o ponto dos relatos das Comissões. Iniciaram pela Comissão de Trabalho e Subcomissão de Saúde Mental, sobre a primeira foi feita uma proposta de nota posicionamento do CNDH sobre a Escola Sem Partido, foi feita a leitura do documento que foi aprovado pelo pleno. Deborah sugere mandar também para órgãos e conselhos em âmbito estadual. Flávia coloca que acha importante a ideia de fazer uma cartilha, sugere buscar apoio do MEC - Ivana, outro ponto que considera importante que o Conselho se manifeste é sobre o ensino religioso nas escolas. Fabiana questiona a ausência da questão de igualdade e identidade de gênero na nota, uma vez que a escola é lugar central para discussão sobre esses temas. Frigo coloca que a nota sairia como resolução do CNDH. Leo pede para que a pessoa indicada por Flávia do MEC seja convidada para a próxima reunião da Comissão, pois estarão fechando a campanha, bem como representação também da ABGLT, bem como do Intervozes para colaborar na divulgação da cartilha. Deborah sugere que seja convidada também Ivana, que está à frente de um debate sobre o uso do nome social na escola. Iara coloca que sentiu falta de uma ênfase na questão da orientação sexual e da discussão sobre gênero, valeria a pena chamar organizações/ movimentos de mulheres para pensar a campanha também. Fabiana faz relato sobre a Comissão de Alimentação Adequada, foi apresentado o plano de trabalho da Comissão elaborado após duas reuniões, com proposta de atuação até dezembro de 2017 e dezembro de 2018. O trabalho está organizado em três eixos, com dois focos específicos: agrotóxicos e atendimento às populações específicas, especificamente mulheres gestantes, lactantes e com filhos em situação de privação de liberdade. Os eixos de atuação são: a) o monitoramento de violação do direito à alimentação adequada (subeixos 1. Povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais – levantamento de ofícios e relatórios que a CP já estava atuando, dialogar com a CP Terra em setembro, proposta de 26/09 e possível inclusão das pautas da PFDC, 4ª e 6ª câmara do MPF-, 2. Populações específicas, vulnerabilizadas pelo Estado ou pela sociedade, ex.: população em situação de rua, população em situação de privação de liberdade, comunidades urbanas empobrecidas, serão compilados materiais já produzidos pelo CONSEA e MNPCT e outros que já atuaram nesses casos, fazer visitas aos estabelecimentos prisionais, audiências com autoridades responsáveis e dialogar com a CP privação de liberdade, no dia 24/10 trazer entidades que já trabalham nesses casos); b) violação de direitos na produção e consumo de alimentos (subeixos 1. Uso de agrotóxicos, olhando para a questão econômica, política pública, consumo, produção, meio ambiente, a Comissão buscará articulação com parceiros, levantará propostas legislativas sobre a pauta, compilar relatórios já produzidos 2. Água e doenças provenientes de má alimentação, nestes dois casos ver possibilidade de incluir em outros (sub) eixos, pois acaba ficando muita pauta para a Comissão, 3. Princípio do não retrocesso nas políticas sociais relacionadas à segurança alimentar e nutricional, olhando para agricultura familiar, propostas legislativas, emenda 95 e criminalização de políticas de agricultores, fazer uma incidência política). Quanto às entidades participantes da Comissão, o pleno sugeriu a inclusão do MMC, o Mecanismo Estadual do Rio de Janeiro. Herbert coloca a importância de contar com a presença de outros colegiados que tratam sobre os temas propostos para o CNDH, portanto nessa pauta seria importante chamar o CNDM, o

CNPCT e o CNPCP e o envolvimento dos órgãos do governo federal que tratam da pauta também, como o MDS. Ismael sugere que o CNDH peça explicações à prefeitura de São Paulo sobre a proibição de repetição do lanche/ almoço nas escolas, inclusive marcando com caneta as crianças que já comeram. Diana fez relato da Comissão de Segurança Pública, sobre o eixo letalidade policial trabalhado pela Comissão as respostas enviadas pelos MPs estão chegando e a Comissão ainda não conseguiu analisa-las, portanto, ficou para a próxima reunião. Quanto às missões da comissão para acompanhamento das chacinas, foram feitos relatos de duas missões para Belém e para Manaus, o relato da missão ao Ceará ficou para a próxima reunião. Sobre violência policial e movimentos sociais, a comissão vai propor um modelo de POP a ser aprovado pelo pleno e enviado às polícias. Sobre a atuação do exército nas penitenciárias, com o impedimento da entrada de juízes, defensores e promotores na prisão, a Comissão encaminhou a preocupação para a plenária para aprofundar o debate. Outro ponto tratado na Comissão foi o PL 44/2016, minutaram uma nota para ser aprovada pelo pleno e sugeriram também uma incidência política do CNDH sobre a matéria. Deborah coloca que já tem posicionamentos internacionais contrários acerca da jurisdição e atuação militar em tempos de paz que devem ser levadas em conta. A nota foi lida e aprovada pelo pleno. Quanto à incidência política o presidente Frigo entrou em contato com a senadora Regina, que iria ler na reunião do Senado a nota feita pelo CNDH. Sobre a atuação das forças armadas em prisões e em atividades de policiamento ostensivo Patriota e Sandra ficaram responsáveis de elaborar uma outra nota, pois houve o entendimento de que seria melhor fazer duas notas separadas para cada tema, ao invés de uni-los em uma nota só. Ismael coloca que o problema não é a atuação do exército, mas sim a forma como está sendo feita. Frigo coloca também que as piores situações estão acontecendo nos bairros mais pobres da cidade e a atuação de forma violenta não ocorre na zona mais rica, de forma que o tratamento está sendo diferente com as classes mais baixas. Deborah sugere que as respostas que chegaram dos MPs e do CNMP sejam tornadas públicas e enviadas às entidades da sociedade civil. Sobre o caso de Manaus, que foi relatado que os juízes não conseguem entrar nos presídios e a preocupação do Conselho Estadual, que iria solicitar apoio do CNDH, o encaminhamento ficou de fazer um ofício ao CNJ questionando se eles já têm ciência do ocorrido e quais ações estão sendo tomadas e informar ao CE que esta atitude foi tomada. Iara fez relato da Comissão de Liberdade de Expressão, focaram na violência contra comunicadores nesta reunião, deliberaram por integrar à CP Segurança Pública para ajudar na elaboração do POP a ser enviado às polícias, especialmente no enfoque para os comunicadores e comunicadoras. Deliberaram também por fazer uma audiência pública para fazer coleta de dados sobre violência contra comunicadores, inclusive com os órgãos e entidades que estão listados na portaria que saiu para a implementação do observatório de violência contra comunicadores, mas que não foi implementado, no dia 23/10 ou 24/10 a ser realizada no MPF no espaço do memorial. Para realizar a audiência não seria preciso que todxs xs conselheirxs participassem dela, tendo em vista que nesses dias também são realizadas reuniões de outras comissões, seria importante a presença de representante da Comissão de Defensores e da de Segurança Pública. Patriota faz relato da Comissão de Privação de Liberdade foi feita a programação da Comissão a curto, médio e longo prazo, no curto prazo estão o Seminário sobre os sistemas de custódia, Resolução sobre armas menos letal, emprego das forças armadas no sistema prisional, posicionamento sobre a privatização do sistema prisional. No médio prazo monitoramento das recomendações do CNDH no Ceará e no Pernambuco, monitoramento das medidas cautelares. No longo prazo monitorar os sistemas prisionais de Curado, Pernambuco e Manaus. Os encaminhamentos da reunião foram: agendar audiência com o Ministro da Justiça para buscar financiamento para o Seminário, que é pensado só para gestores, secretários, superintendente, diretores, sistema judiciário, Ministérios Públicos e alguns Conselhos; posicionamento do CNDH sobre o PLC 4336/2016, requisitar perícia a ser realizada no presídio de

Alcaçuz no Rio Grande do Norte. Além disso, foi apresentada uma experiência do Paraná que está em curso há 60 dias de controle e monitoramento do sistema prisional, na qual deve ser cumprida a capacidade prisional taxativa. É uma experiência iniciada pelo sistema judiciário local, com vistas também a conscientizar os juízes sobre a superlotação das cadeias. Quanto a missão ao socioeducativo no Ceará, foi feita escuta de gestores, socioeducandos, e em uma unidade das mães. Foi feita audiência com o sistema de justiça na PR/CE, nesta o poder judiciário estava ausente, não foram nem a desembargadora nem o juiz. Foi feita a escuta das mães da chacina de Messejana, foi constatado que nessa chacina não havia ninguém com antecedente criminal, os processos correram conforme previsto. Foi feita roda de conversa com a sociedade civil local e também audiência com a vice-governadora. Fez relato sobre as situações encontradas nos presídios visitados. Deborah faz complemento a sua fala expondo uma situação percebida, o SINASE não é observado no local, não há perspectiva de recuperação dos meninos, há uma reprodução das facções dentro dos socioeducativo. Sandra também faz complemento colocando que na unidade visitada tiveram a notícia de que estava quase acontecendo uma guerra entre facções, porque neste local já tinha separação de facções PCC, GDE, FDN, CV. Paulo coloca que fica perceptível, portanto, que não houve mudança no quadro desde a visita há dois anos, sugere buscar o constrangimento nacional e internacional. Deborah coloca que como a metodologia usada foi enviar o questionário e depois fazer as incidências o procedimento agora seria responsabilizar pelas omissões e pelas respostas falsas, será produzido um relatório, com a compilação dos dados, e a seguinte representação no MP estadual criminal e por improbidade. Patriota fez leitura de ementa do PL 4336/2016, e indica posicionamento contrário do CNDH a este PL. Frigo faz um informe sobre a Comissão Defensores, sobre o caso Manoel Mattos, a investigação está paralisada, o encaminhamento é conversar com a nova Procuradora Geral da República, logo que ela tomar posse. Sobre sua ida à Rondônia, Frigo informa que participou de reuniões com magistrados, sociedade civil, de uma mesa de diálogo para tratar de conflitos fundiários, assistiu ao relato de um despejo que ocorreu na região de Machadinho, esteve no IBAMA, conversou com a sociedade civil; sobre o despejo deverá chegar uma ata ao CNDH com as ações que foram tomadas e possivelmente será necessária interlocução junto ao CNJ, e continuar com o acompanhamento do caso. Foi encaminhada também uma reunião com o IBAMA, em sua sede em Brasília, e outra com o INCRA. Sobre a criminalização de movimentos que está ocorrendo em Passo Fundo por abertura de processo indicando falsa comunicação de crime, a Tchenna irá apresentar uma nota para posicionamento do CNDH nesta questão. Sobre Pau d'Arco estão acompanhando a situação, que permanece tensionada, o quadro se agravou após a liberação dos policiais por um juiz substituto, dois informantes foram assassinados e o advogado dos movimentos é o principal alvo. Diana manterá o CNDH informado sobre a manutenção do delegado da PF no local. A CDHM da Câmara quer fazer nova incidência no Pará, estão articulando para que Sandra e Fabiana participem dessa incidência. Paulo fez relato do GT quilombola, iniciou com a definição das missões, sendo a primeira para Brejo dos Crioulos, a segunda Alcântara e a última em Maecá, no Pará. Fez relato da primeira missão à Brejo dos Crioulos, na qual foi feita observância da aplicação de políticas públicas nos quilombos. Foi feita reunião com as entidades de apoio a essa comunidade, reunião com a comunidade e uma específica com as mulheres quilombolas feita com as mulheres que integraram a missão. Foi feita visita aos roçados, ao posto de saúde e à creche, além de audiência pública com os órgãos locais e a comunidade, incluindo prefeitura, secretaria de educação e secretaria de saúde. O GT ainda fará as missões para Alcântara e Maecá, seguindo mais ou menos o mesmo planejamento de Brejo. No caso de Alcântara houve um agravamento recente após a determinação dos 120 dias para retirada das pessoas do local para aumento da base, foi feita a proposta de enviar ao ministro da Defesa carta questionando os procedimentos pensados para fazer a retirada. Deborah coloca que o certo não

questionar os procedimentos, pois não será aceita qualquer remoção, mas sim questionar o que está acontecendo. O melhor seria questionar a SEPPIR o que está sendo feito para garantir os direitos daquelas comunidades quilombolas. Gilberto faz relato da reunião da Comissão Terra, sobre a nota de posicionamento de Pau d'Arco será submetida a avaliação pelo pleno. Sobre o GT indígenas da Região Sul, os ofícios foram reenviados, estão chegando algumas respostas, deliberaram pela criação de um pequeno grupo que vai fazer o monitoramento dessas respostas composto por: Lucas (DPU) e Dinaman (APIB). Durante a reunião da comissão receberam a dona Rosa, quebradeira de coco babaçu, que fez o seu relato de ameaças constantes com cerceamento da área usando cercas elétricas, tendo ocasionado, inclusive, a morte de outra quebradeira. Como elas estão morando junto com os indígenas Gamelas, talvez fosse o caso de fazer uma incidência para verificar os dois casos. Quanto aos Tupinambá da Serra do Padeiro está sendo avaliada a possibilidade de realizar missão também a este local. Quanto ao quilombo Iúna, em Lençóis, ao qual Gilberto fez missão urgente, os moradores estão com medo, a escola está fechada, a comunidade tem passado por recorrentes casos de ameaça e violência. O juiz acredita que é caso de problemas com tráfico de drogas, no entanto, a partir da leitura do grupo que foi ao local o problema no local é o conflito agrário. Deborah coloca preocupação com a execução de gastos em políticas como a reforma agrária e o Brasil Quilombola, uma vez que o que for gasto este ano é o teto previsto para o ano seguinte. Sugere pedir a execução orçamentária dos programas de direitos humanos, pois é possível que eles sejam perdidos pela falta de verba para sua execução. Gilberto informa que será feita a compilação dos documentos produzidos após a missão para fazer um relatório que será compartilhado com todas/os. Frigo faz informe sobre a incidência com os ministros do STF sobre a ADI quilombola e o marco temporal, mas a matéria saiu de pauta, pois o ministro Tóffoli estava doente, mas farão outra incidência quando a matéria voltar a ser pautada. No dia seguinte, o presidente inicia fazendo informe sobre a 1ª reunião do grupo de trabalho para garantia dos direitos humanos em conflitos possessórios rurais e urbanos, a reunião aconteceu dia 08/08, deliberaram pela criação de um Comitê que vai elaborar uma proposta de Resolução, que objetiva dar os fundamentos para as instituições públicas terem parâmetros de como garantir direitos humanos para lidar com conflitos possessórios, a ser apresentada ao plenário na reunião de outubro, ficou formado pelo CNMP, Terra de Direitos, MPF, PFDC, DPU. A deputada federal Maria do Rosário – PT/RS participou da reunião do CNDH no período da manhã para fazer apresentação de seu projeto de lei 7582/2014 de sua autoria, que define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do art. 1º e caput do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências. Em sua fala faz apresentação do referido projeto de lei, que é uma construção feita dentro do Conselho Nacional-LGBT, além de terem ressaltado a importância da aprovação do PLC 122/2006, que foi dificultado pela composição cada vez mais conservadora do Congresso Nacional. Por este motivo, as iniciativas parlamentares tomadas na aprovação de pautas nesse sentido foram manobradas para não serem apreciadas pelo plenário desta Casa. Quanto ao PL 7582/14 faz referências aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, trazendo-as para a legislação nacional, define os crimes de ódio e intolerância quando voltados à discriminação por classe e origem social, condição de migrante, refugiado, deslocado interno, orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero, idade, religião, situação de rua e deficiência. É uma legislação que se propõe a abarcar uma população afetada por crimes motivados pela intolerância que não estão descritos na legislação brasileira. A ausência da dimensão de raça, criança e adolescentes e mulheres se deve ao fato de que elas têm uma legislação específica. Essa legislação optou por não criar um novo tipo penal, ela apenas reconhece esses crimes, que são agravados pelo ódio a essas populações específicas. Prevê o atendimento especializado e atendimento às vítimas, bem como a formação das/os servidoras/es públicas/os para atuar nesses casos. Como penalização, além daquela já prevista na legislação, estão a retirada da

licença para porte de arma ou restringir a posse dela, afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a pessoa ofendida, coibição de contato e permanência em locais frequentados pela pessoa ofendida, sem prejuízo da aplicação das penalidades já existentes. Reforça que o PL tem caráter educativo, uma vez que não prevê novas penas. A deputada solicita, portanto, apoio do CNDH para apresentação e aprovação do PL. Gilberto coloca a importância do PL, principalmente no que se refere à intolerância religiosa, tendo em vista os recorrentes ataques a terreiros em todo o Brasil. Akemi reitera o apoio da secretaria e a importância da iniciativa de combater a intolerância e os discursos de ódio, além do destaque para a não criação de novos tipos criminais. Fabiana destaca a importância de trazer luz e visibilidade a esses grupos sociais vulnerabilizados pela sociedade machista, patriarcal, racista e xenófoba e a seus direitos fundamentais, além de fazer revisão da política criminal brasileira que reflete, também, essas características da sociedade. Coloca que as soluções a partir do punitivismo estatal reforçam a violência institucional do Estado na tentativa de garantir os direitos humanos, mas que na realidade, muitas vezes, acabam piorando a situação das vítimas. É necessário ter uma preparação das polícias e aparelhar as bases para essa mudança de realidade, caso contrário é possível que a lei tenha o efeito contrário do que o pretendido. Carlos manifesta seu apoio ao projeto que reflete todo um debate anterior com movimentos e militantes, coloca que é preciso o CNDH se posicionar favorável ao PL, principalmente pelo caráter contrário à intolerância e discurso de ódio. Iara faz coro às palavras anteriores e ressalta o caráter educativo, bem como a possibilidade de a sociedade civil ter esse PL para se respaldar e fazer frente às diversas violações diárias com as quais se deparam, inclusive se aplicando aos crimes e violações cometidos via internet. Paulo sugere articular o projeto também com a área da história, antropologia, sociologia, teologia, pedagogia, comunicação social, relações internacionais que podem contribuir para a discussão do projeto. Nívia se propõe a contribuir levando a discussão para o CNPG, destaca a importância de combater a intolerância religiosa considerando todos os tipos de culto religioso, de forma a garantir a mesma segurança para todos. Ismael saúda a relevância do projeto em um momento de aumento do conservadorismo no Congresso Nacional. Frigo pede para que a deputada avise o momento melhor para que o CNDH faça a incidência política a favor do projeto, informa à deputada sobre as aprovações feitas no dia anterior pelo CNDH sobre o projeto Escola Sem Partido e sobre a jurisdição militar. A deputada agradece o apoio de todas e todos e a importância da mobilização da sociedade civil para conseguir a aprovação deste projeto, propõe que posteriormente seja organizada uma reunião com o presidente da Câmara para solicitar que esta proposta tenha uma tramitação justa dentro do plenário, sem que fique infinitamente tramitando em comissões da Câmara. Além de buscar o diálogo com bancadas aparentemente contrárias. Frigo reitera o apoio de todo o Conselho à deputada pela resistência aos recorrentes ataques de ódio que ela sofre recorrentemente. E sugere que aqueles e aquelas que fizeram sugestões que agreguem ao projeto compilem um documento e enviem à secretaria executiva, para que seja enviada à deputada. Fabiana sugere que seja feita notícia sobre a vinda da deputada e o PL, e reforçar a importância da capacitação das/os servidoras/es públicas/os que atuam na assistência às vítimas. Paulo faz informe sobre o Encontro Nacional, que reunirá comissões legislativas de direitos humanos, conselhos estaduais de direitos humanos, movimentos sociais, frentes, centrais sindicais, pastorais, setores de igrejas, ONGs, conselhos profissionais, setoriais da área de direitos humanos, OAB, RENAP, Juízes pela Democracia, outras articulações sociais vinculadas a direitos humanos e organizações internacionais. Terá duração de dois dias, fazer um balanço de direitos humanos no Brasil com o objetivo de alcançar orientações comuns para enfrentamento às violações de direitos humanos e construir uma agenda comum, ocorrerá nos dias 8 e 9 de novembro. Iniciará com uma fala de abertura das organizações promotoras e posteriormente uma mesa com avaliação por parte de lideranças sociais e atividades autogestionadas. No dia seguinte haverá grupos de trabalho para

fazer o balanço da situação de direitos humanos, e na parte da tarde tentar sistematizar o que foi construído conjuntamente e compilar um documento que agregue as principais violações, desafios e propostas. Frigo coloca que o objetivo era reunir os conselhos estaduais, e, portanto, deverão pensar se no momento das atividades autogestionadas será possível fazer uma plenária para ouvi-los e agrega-los com o CNDH, para construir uma rede nacional de direitos humanos. Sobre os grupos de trabalho, o formato pensado é um espaço para que as pessoas debatam os atuais desafios levando em conta a experiência de cada um. Acredita que o nome mais adequado seria “Diálogo Nacional” devido ao número de pessoas que poderão participar do evento, tendo em vista a limitação do espaço. É importante trazer também movimentos que façam o debate de movimentos sociais identitários, bem como os que atuam na luta pelo direito à cidade e no campo. Paulo informa que o espaço para o evento será o auditório Nereu Ramos e mais seis plenários, além disso, o Paulo Sérgio Pinheiro confirmou para fazer a conferência de abertura. Patriota sugere que seja garantido que todos os conselhos estaduais venham e que tenham a oportunidade de expor a situação de seu Estado. Sandra sugere que o CNDH faça uma solicitação ao MRE para autorizar a vinda do James Cavallaro. Fabiana Muniz coloca que não é o MRE que tem que autorizar, pois isto é feito em conjunto com os demais órgãos de governo, por isto seria preciso enviar também para o MDH. Os demais ajustes e negociações serão feitos pela comissão. A reunião ordinária do CNDH fica para o dia 10/11 e a reunião de dezembro se adianta para o início de dezembro. Renata coloca que com um espaço de quinze dias entre as reuniões fica inviável, inclusive a emissão de passagens, pensando também na dinâmica das reuniões das comissões. Por fim, ficou definido manter as datas das reuniões previstas para outubro, dias 08 e 09 de novembro o Encontro Nacional, no dia 10/11 a 32ª reunião ordinária, as datas de dezembro foram adiantadas, portanto a 33ª reunião ordinária será realizada nos dias 06, 07 e 08, com possibilidade de no dia 08 fazer algum evento referente à comemoração do Dia dos Direitos Humanos (10/12). Nívia faz relato da Comissão de Direito à Cidade que pautou definições de ações do CNDH para monitorar os efeitos da Lei 13465/2017, dar seguimento à recomendação que foi feita pelo CNDH e buscar outros meios pelos quais o CNDH pode intervir. Sugere encaminhar ofício ao PGR encaminhando a recomendação já aprovada pelo CNDH sobre o tema e as medidas para inconstitucionalidade da matéria, as quais serão repassadas pela Sabrina que faz parte da comissão, a fim de que ele acolha a representação de inconstitucionalidade que está sendo elaborada. A Comissão irá contribuir nas discussões e na Resolução do grupo de garantia de direitos humanos em conflitos possessórios, especificamente pela ótica urbana. Ismael faz relato sobre a Comissão de Trabalho, além da resolução sobre o projeto Escola Sem Partido, a Comissão discutiu também sobre a Reforma Trabalhista e elaboraram uma nota do Conselho com as possíveis consequências de sua aprovação. Foi feita a leitura da nota, os destaques e ajustes e ficou aprovada a Nota do CNDH contra a Reforma Trabalhista com uma abstenção do MRE. Fabiana Muniz faz apresentação sobre a RPU e as 246 recomendações dadas ao Brasil nesta ocasião, ela coloca que o Brasil deve aceitar quase todas as recomendações e aquelas que não serão acatadas está sendo elaborada a justificativa, contendo a visão brasileira, do porquê elas serão negadas. Patriota coloca que como o CNDH não tem como influir, verdadeiramente, na resposta dada pelo governo brasileiro o ideal seria, após enviada a resposta, o CNDH se posicionar favorável ou contrário a ela. Akemi coloca que seria interessante o CNDH selecionar algumas das recomendações as quais irá monitorar o seu cumprimento. Renata faz esclarecimentos informando que foi enviado pedido formal com prazo de 11/08 para resposta, foi pedida extensão de prazo para depois da reunião da Mesa Diretora, que entendeu que essa questão deveria vir a pleno. Acredita que seria muito difícil o CNDH monitorar todas as 246 recomendações, mas que seria preciso também pensar uma metodologia, a ser criada no âmbito da Comissão Internacional criada recentemente. Frigo coloca que é preciso fazer a reunião dessa Comissão até para estabelecer como

será feito o monitoramento e organizar o calendário do CNDH incluindo a ida à Genebra. Sandra sugere que dentro das Comissões sejam elencadas as recomendações que mais lhe dizem respeito e que esse monitoramento seja feito também dentro das Comissões. Tendo em vista que o pleno não tem como acompanha-las. Patriota sugere o CNDH recomende que as recomendações sejam acatadas e depois que sejam monitoradas, conforme a temática de cada Comissão, tendo em vista o CNDH não deveria colocar quais dessas pautas devem ser prioritárias para o governo. O pleno discute sobre a ida ou não à Genebra e o prazo para realização da reunião da Comissão Internacional. Renata informa que foi a Conectas que demandou que o CNDH estivesse presente nessa sessão, que será aberta para fala, bem como para o momento de fala da relatora especial da ONU que utilizou o relatório de Povos Indígenas da Região Sul do CNDH para o seu relatório oficial no evento dos 10 anos da Convenção dos Povos Indígenas. Patriota coloca que já que o CNDH está se pleiteando como INDH ele deve participar desses momentos. Fabiana coloca que o Frigo não poderá participar e estão esperando ver se a passagem dela poderá ser custeada, vão consultar a Comissão quanto a possível data para a realização de sua reunião, e as Comissões terão até o dia 18/09 para ressaltar contribuições sobre os temas a serem levadas à Genebra. Fabiana Muniz coloca que em Genebra será aberto espaço de fala para ONGs e INDHs, portanto dificultaria o CNDH pois este ainda não é reconhecido como INDH. Ismael sugere que seja mantida a ida de representante do CNDH, mas que vá outra pessoa como representante da sociedade civil no Conselho para que, caso o CNDH não possa falar, esta pessoa fale pelo Conselho. Patriota faz a leitura da nota sobre o uso das forças armadas em função de segurança pública no Rio de Janeiro, foram feitas alterações na Nota, de forma a colocar entendimento do CNDH sobre a guerra às drogas, em seguida foi aprovada, ressaltando a abstenção do MRE. Fez a leitura também da nota de solidariedade às defensoras e defensores de direitos humanos que se solidarizam com os povos indígenas contra abuso de autoridade praticado contra elas e eles. As/os conselheiras/os debateram e fizeram alterações na nota, ela foi aprovada por unanimidade. Fabiana ressalta que o relato do MNPCT e a distribuição das denúncias recebidas pelo CNDH ficaram prejudicados nesta reunião, sendo que estas não estão sendo encaminhadas às Comissões para serem analisadas mesmo já tendo passadas pela Mesa Diretora. O presidente Darci Frigo agradeceu e encerrou a reunião.